



## **IV Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Novas Reflexões Sobre as Democracias do Nosso Tempo**

Pelotas, 26, 27 e 28 de setembro de 2022.

### **GT: Teoria do discurso e pesquisa em Educação**

#### **Formação (não apenas) docente e gestão do currículo: articulações discursivas em torno da “implementação” da BNCC**

Marcia Betania de Oliveira  
Doutorado (UERN/Brasil)

Rosanne Evangelista Dias  
Doutorado (UERJ/Brasil)

**RESUMO:** Neste artigo abordamos questões em torno da “implementação”<sup>1</sup> da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), cujos movimentos em seu entorno parecem convergir com construção de consensos na intenção de produzir e influenciar formação de sujeitos e políticas de currículo com pretensões de superação do quadro de desigualdade na educação básica. Utilizamos como dispositivos de pesquisa materiais disponíveis nos sites Plataforma BNCC e Observatório da implementação da BNCC e sobre ações já realizadas e/ou em andamento, avaliação e monitoramento da “implementação” que abordam formação e currículo. Problematicamos tentativas de controle da formação (não apenas) docente e da gestão do currículo escolar, apontados como instituintes desse processo, importantes para a “implementação” da política. Com base na Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, entendemos formação e currículo como significantes vazios que lutas hegemônicas tentam preencher; como partes de articulações discursivas em torno dessa “implementação” defendida como necessária à melhoria da qualidade da educação. Consideramos que tais tentativas parecem desconsiderar a imprevisibilidade de ações dos sujeitos em contextos reais, permeada pela provisoriedade e pelas contingências.

**Palavras-chave:** Formação; currículo; articulações discursivas; implementação da BNCC; significantes vazios.

---

1 Destacamos a palavra implementação, entre aspas, considerando-se que problematicamos esse termo como ideia de mera execução das políticas normativas, com base na defesa da escola como produtora de políticas (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016).



## Introdução

Processos em torno da discussão, elaboração e aprovação da BNCC envolveram, desde sempre, ações entre setores governamentais e não governamentais, fortalecendo as parcerias público-privadas (PPPs). Tais processos, aqui considerados como de articulação político-discursiva, vêm produzindo sentidos em defesa de um projeto de educação/currículo em nome da equidade e da qualidade dessa demanda social.

Não poderia ser diferente nas/para as etapas previstas para o processo de “implementação” dessa base curricular. Há uma constituição (e circularidade) do que Ball (2014) considera como redes de políticas, ou “comunidades políticas descentradas, articuladas em torno de problemas sociais comuns, tendo em vista suas soluções” (MACEDO, 2014, p.1538). De acordo com Macedo, nessas redes, novas relações público-privado são estabelecidas influenciando na construção das subjetividades.

Nessa perspectiva, apresentamos neste artigo os sites Plataforma BNCC e Observatório da implementação da BNCC como parte dessas redes políticas. Destacamos ações realizadas e/ou em andamento, em torno da avaliação e do monitoramento da “implementação” da BNCC que abordam formação (não apenas) docente e currículo. Discursos produzidos nesses/por meio desses dispositivos acabam por convergir com construção de consensos na intenção de produzir e influenciar formação de sujeitos e políticas de currículo com pretensões de superação do quadro de desigualdade na educação básica.

Quando abordamos avaliação e monitoramento, dentre outras tentativas de controle da formação docente e do currículo, no/do contexto educacional vale destacar que a produção de políticas de currículo nas últimas décadas vem fortalecendo a ideia de controle das ações postas em marcha por diversos Estados-Nação. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), enquanto agência catalizadora de políticas, tem se destacado nessas atuações em nome de ações de monitoramento no âmbito de sua atuação no programa Educação para Todos (EPT)<sup>2</sup>,

---

2 A Declaração Mundial de Educação para Todos – EPT foi aprovada em Jomtien, Tailândia, no ano de 1990 em Conferência com a participação de representantes de 155 Estados-Nação com a finalidade de disciplinar o direito à educação, em acordo ao estabelecido pela Declaração Universal de Direitos Humanos. Acesso: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127583s.pdf>



constituindo a Série Relatório de Monitoramento Global de EPT, tendo a primeira publicação no ano de 2002 com o título: “Educação para Todos: o mundo está no rumo certo?”

Recentemente, no âmbito da Agenda pela Educação 2030<sup>3</sup>: Declaração de Incheon e Marco de Ação, assumiu-se como orientação a produção do Relatório Monitoramento Global da Educação como mecanismo para orientar o monitoramento e a elaboração das ações envolvidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sobre educação tendo como propósito

a responsabilidade de informar sobre a implementação de estratégias nacionais e internacionais para ajudar todos os parceiros relevantes a se responsabilizar por seus compromissos como parte do acompanhamento e da revisão geral dos ODS. Ele é elaborado por uma equipe independente autorizada pela UNESCO. (UNESCO, 2017-8, p.3).

Como parte das ações apresentadas nos sites Plataforma BNCC e Observatório da implementação da BNCC é possível perceber a produção de relatórios com fins semelhantes, de avaliação e monitoramento da educação brasileira, por meio da proposta de implementação da BNCC, como veremos ao longo deste texto.

Na sequência, organizamos este texto em três seções, iniciando com a apresentação dos sites Plataforma BNCC e Observatório da implementação da BNCC, como dispositivos desta pesquisa. Em seguida, na segunda seção, interpretamos os textos que buscam traduzir as proposições em torno da avaliação e do monitoramento da implementação da BNCC EI/EF tendo como foco formação de profissionais da educação e construção do currículo. Na última seção, analisamos nos materiais nomeados por Guias para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, as tentativas de controlar o currículo e a formação em torno de um modelo para o qual todos devem se adequar, adaptar, regular as práticas das escolas básicas. Por fim, tecemos considerações para problematizar as tentativas de controle da produção

---

<sup>3</sup> Também nomeado como Agenda 2030. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foram estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000, envolvendo o apoio de 191 nações. Após relatório de avaliação do Programa desenvolvido pela ONU foi aprovada a agenda de desenvolvimento pós-2015, incluindo o conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para mais informações, acessar: <https://nacoesunidas.org/novo-relatorio-da-onu-avalia-implementacao-mundial-dos-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio-odm/>



curricular e formação dos profissionais da educação no processo de “implementação” da BNCC.

### **1 Plataforma BNCC e Observatório da implementação da BNCC: mecanismos de controle da formação (não apenas) docente e da gestão do currículo**

No Brasil, acentuam-se ações de monitoramento das políticas de educação, especialmente com o advento da BNCC (BRASIL, 2018). A Plataforma BNCC<sup>4</sup>, por exemplo, realiza pesquisa de avaliação e monitoramento da implementação dessa base, pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), publicando seus resultados, bem como documentos importantes obtidos ao longo da pesquisa e materiais desenvolvidos a partir de seus desdobramentos, como os referenciais curriculares produzidos pelas redes de ensino, o que para União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) constitui-se “uma importante ferramenta de transparência para a sociedade<sup>5</sup>”.

Essa Plataforma é de acesso específico (via login e senha) para gestores e coordenadores de educação, atuantes na gestão do currículo das redes e dos sistemas estaduais e municipais de ensino do país, os quais devem disponibilizar os currículos então produzidos para implementação da BNCC, além de responder a um questionário específico e cadastrar o que consideram como boas práticas (PLATAFORMA DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC, 2021).

De acordo com o referido site, são dois documentos a serem incluídos para cada etapa no momento do cadastro: Referencial Curricular (o currículo próprio ou o currículo estadual, o qual o município fez a adesão) e o Parecer de Homologação do Referencial Curricular emitido pelo respectivo Conselho de Educação (sobre o qual falaremos mais adiante), ou outro documento oficial comprobatório válido, no caso de adesão do município ao currículo estadual. É informado que, após serem enviados pelas redes, os currículos passarão por um

4 Disponível em <https://plataformabncc.caeddigital.net/#!/pagina-inicial>

5 Segundo o site da entidade: <https://undime.org.br/noticia/20-01-2022-17-54-conheca-a-plataforma-de-monitoramento-para-implementacao-da-bncc> Acesso em 20 de agosto de 2022



processo de validação: primeiramente pelo CAEd e, em seguida, os documentos seguirão para validação do Ministério da Educação.

Considerada como uma plataforma a serviço das redes de ensino no Brasil, é previsto que a pesquisa de avaliação e monitoramento da BNCC ali produzida, dê origem a indicadores, ferramentas e práticas disponíveis a todas as redes do país. Na plataforma são apontadas cinco dimensões fundamentais da implementação da BNCC: propostas curriculares, formação de professores, gestão do currículo, recursos educacionais e avaliação educacional.

Até o presente momento desta escrita não foi possível termos acesso aos currículos cadastrados pelos gestores e ao registro do que se consideram como “boas práticas”. De acordo com o referido site, “No futuro próximo, todos os currículos ficarão disponíveis para consulta pública na plataforma. **Já as boas práticas passarão por uma curadoria, por isso nem todas serão divulgadas**” (PLATAFORMA DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC, 2021, s.p, grifos).

Apontamos, enquanto articulações discursivas, que a ideia de “boas práticas”, provenientes da atuação docente, provavelmente, estão diretamente articuladas à “lógica” de que, se os professores são “bem formados” e se o currículo é “bem gerido”, os “bons resultados” serão “garantidos” (grifos). Destacamos, ainda, a perspectiva de que só serão divulgadas as “boas práticas” que estiverem de acordo com critérios definidos “pela curadoria”.

Recorremos aqui ao que Macedo (2014, p. 1549) apresenta como “a construção de uma nova arquitetura de regulação [...]”, em curso, na qual “[...] os sentidos hegemônicos para educação de qualidade estão relacionados à possibilidade de controle do que será ensinado e aprendido”, aos quais acrescentamos “do que pode ser publicado”. Para essa autora, “Trata-se, portanto, de um discurso circular, no qual a medida da qualidade torna-se o seu esteio e a sua garantia. A evidência de qualidade se torna a própria qualidade que se está advogando” (idem).



O site Observatório da implementação da BNCC, organizado pelo Movimento pela Base<sup>6</sup>, é identificado como “uma rede não governamental e apartidária de pessoas e instituições, que desde 2013 se dedica a apoiar a construção e implementação de qualidade da BNCC e do Novo Ensino Médio” (MOVIMENTO PELA BASE, 2022a), pretendendo assumir a construção de um grande consenso em torno da educação nacional.

É possível observar que o site Plataforma BNCC não faz menção ao Movimento pela Base, sendo de responsabilidade do MEC e do CAEd/UFJF o processo de avaliação e monitoramento da implementação da BNCC. Entretanto, o site Movimento pela Base disponibiliza um arquivo com Relatório da 1ª etapa da pesquisa de avaliação e monitoramento da implementação da BNCC<sup>7</sup> (BRASIL, 2021), o qual apresenta dados da pesquisa realizada na/pela Plataforma BNCC, no período de junho/julho de 2021.

Essa informação nos chama atenção pelo fato de instituições públicas (como o MEC e a UFJF) assumirem, por meio da Plataforma BNCC, processos destacados no Movimento pela Base. Nesse sentido, retomamos aqui a abordagem que iniciamos sobre a constituição (e circularidade) das redes de políticas, apontadas por Ball (2014). De acordo com Macedo (2014, p.1538), “Nos termos da teoria do discurso, as redes são constituídas quando demandas específicas e distintas se tornam equivalentes e constituem, nesse movimento, comunidades políticas pelo partilhamento, contingente, dessas demandas”.

Para Macedo (2014), essas redes de política operam de forma global, com papel destacado na interação de sujeitos e grupos, em diversos âmbitos, em torno da produção de políticas. Refletir sobre a atuação em redes políticas contribui para a compreensão das articulações discursivas em meio a fluxos mais horizontais na produção das políticas, supondo a existência de acordos como base para a sustentação das propostas, em relações que buscam a construção de confiança entre os seus membros com a finalidade de produzir a base de apoio para suas ações no plano político.

---

6 Para aprofundamento da constituição do Movimento pela Base, consultar: <https://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>

7 Este relatório na publicação é também referido como Relatório da 1ª onda de aplicação dos instrumentos de pesquisa.





De acordo com o relatório em pauta, são considerados dois macroprocessos para o processo/movimento/desenvolvimento de implementação da BNCC: o alinhamento dos currículos estaduais e municipais à BNCC e a implementação dos currículos alinhados à BNCC.

O 1º macroprocesso é aqui entendido como um conjunto de procedimentos que parte da organização do modelo de governança das redes, e contempla a mobilização da comunidade escolar até a consolidação do documento curricular alinhado à Base. O 2º macroprocesso se subdivide em quatro dimensões de gestão da implementação dos currículos alinhados à Base, a saber: formação continuada de gestores e professores; materiais didáticos; avaliação externa e interna; e gestão escolar do currículo (BRASIL, 2021, p.4).

Esse segundo macroprocesso nos interessa, considerando que “formação” e “currículo” ganham espaços consideráveis. Nesse processo, podemos identificar os objetivos projetados pela BNCC (BRASIL, 2018) em relação ao alinhamento pretendido às políticas de formação docente, produção de material didático-pedagógico, processos de avaliação e gestão do currículo, denominados pelo relatório como “quatro dimensões de gestão da implementação dos currículos alinhados à Base” (BRASIL, 2021, p.4).

Conforme texto disponível no site do Observatório Movimento pela Base, o Guia de Implementação é de iniciativa do Movimento pela Base, “com realização técnica da Comunidade Educativa CEDAC, em parceria com a Undime”, com a finalidade de “ajudar no processo de planejamento da implementação e flexibilização dos currículos, trazendo orientações e reflexões para que as redes tracem seus próprios caminhos, dentro de sua realidade e necessidades” (MOVIMENTO PELA BASE, 2022a). De acordo o portal da CEDAC<sup>8</sup>, outra signatária do Guia, esse material

[...] traz orientações e reflexões sobre as práticas educacionais para apoiar gestores de rede na implementação dos currículos produzidos à luz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). [...]

A atual fase de implementação curricular exige de nós, gestores e educadores, um novo olhar para **identificar o que, como, para que e quem ensinar**; exige definir novos caminhos e novas práticas para que crianças, adolescentes, jovens e adultos aprendam em cada escola, em cada uma das redes. (Grifos nossos)

<sup>8</sup> Portal da CEDAC: <https://comunidadeeducativa.org.br/guia-de-implementacao-dos-curriculos-alinhados-a-bncc-para-educacao-infantil-e-ensino-fundamental/>



Pelas significações apresentadas pelas signatárias do Guia, destacamos que tal material pretende ser, como o próprio nome sugere, um manual/documento que informa, instrui e aconselha sobre a normativa, especialmente no que tange ao modo de torná-la presente nas escolas do país.

Vale destacar que, embora tenha a UNDIME como “parceira” na produção do Guia, não há no portal da entidade acesso à referida publicação, nem mesmo recorrendo a procedimentos de busca site do Observatório Movimento pela Base. Só vamos ver a disponibilização desse material nos sites do CEDAC e do Movimento pela Base.

## **2 Avaliação e monitoramento da implementação da BNCC EI/EF: formação e construção do currículo em foco**

Nesta seção destacamos o Relatório da 1ª etapa da pesquisa de avaliação e monitoramento da implementação da BNCC EI / EF (BRASIL, 2021), também denominado Relatório da 1ª onda, realizado no primeiro semestre de 2021. Buscamos compreender parte do que vem a significar a formação de professores e gestores no processo de implementação da BNCC.

Esse relatório aponta dados dessa fase da pesquisa<sup>9</sup> com gestores, aqui identificados como dirigentes estaduais, municipais e suas equipes técnicas, bem como, profissionais da educação das redes, identificados como diretores, coordenadores pedagógicos e professores. Os resultados da pesquisa foram organizados em dois eixos: o primeiro, investiga questões em torno da “mobilização e participação dos sujeitos da pesquisa nos diferentes processos que constituem a cadeia de implementação da BNCC como política pública” (BRASIL, 2021, p.7), o qual

[...] reúne o material levantado nas entrevistas feitas com dirigentes estaduais e municipais sobre o processo de mobilização das redes em torno da BNCC; e os dados gerados pelas medidas de participação dos profissionais das redes

---

9 Segundo o Relatório, sua finalidade é a de apresentar “os resultados encontrados pela pesquisa sobre o processo de implementação da BNCC na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, que está sendo realizada pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), por meio do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), em parceria com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC).





e escolas nos diferentes eventos relacionados a esse processo de mobilização (BRASIL, 2021, p.7).

O segundo eixo aborda questões em torno da “percepção que os sujeitos têm dos efeitos da BNCC nas diferentes dimensões da gestão educacional fundamentais ao sucesso da política” (BRASIL, 2021, p.7), o qual

Reúne o material gerado pelas entrevistas com dirigentes educacionais a respeito de como eles estão avaliando o impacto da BNCC na rotina das redes e escolas; e a percepção dos profissionais sobre dois tipos de dados gerados pelas medidas de percepção:

- a) percepção de mudanças no funcionamento das diferentes dimensões da gestão educacional a partir da implementação da Base;
- b) percepção de mudanças na cultura profissional decorrentes da implementação da BNCC e, de modo mais específico, na relação com o currículo.

Esse estudo da percepção sobre os efeitos da BNCC é complementado pela apresentação das principais categorias de pensamento produzidas pelos respondentes, quando instados a redigir uma frase sobre aspectos positivos da Base e aqueles a serem aprimorados (BRASIL, 2021, p.7).

Sobre os resultados apresentados, como já apontado, nos interessa destacar nos eixos, as dimensões que envolvem os significantes “currículo” e “formação”. Nos excertos a seguir, destacamos, a partir de dados do Relatório em questão, como os segmentos de dirigentes (estaduais e municipais; profissionais da educação e professores) significam currículo e formação.

Quanto à construção do currículo, os dirigentes estaduais entrevistados

[...] reportaram que suas secretarias se movimentaram bastante no sentido de promover a mobilização dos profissionais das secretarias para realizarem a redação dos documentos curriculares. Em muitos casos, destacou-se a intensificação do regime de colaboração com os municípios. Ainda que com variações entre as UFs, de um modo geral os relatos dos dirigentes dão conta de que a necessidade de implementação da BNCC ativou um aprimoramento da relação com as secretarias municipais, o que, de certa forma, realçou as formas de participação e representação desempenhadas, sobretudo, pela UNDIME, mas também pelos conselhos estaduais e municipais de educação e UNCME. A construção do currículo alinhado à Base também contou com a participação de universidades e de especialistas externos (BRASIL, 2021, p.9).

Quanto à construção do currículo alinhado à Base, a pesquisa com os dirigentes municipais destaca que



Verifica-se uma forte preocupação com a identidade curricular dos municípios. Mesmo entre os municípios que não possuem sistema próprio e que por isso mesmo aderiram às diretrizes curriculares estaduais, há uma preocupação com a especificidade da cidade e da região. Isso sugere que ao contrário do que a princípio se temia, muito mais do que uma homogeneização, a Base parece estar realçando a diversidade da vida municipal, mesmo quando isso se manifesta apenas pelo esforço de complementar o currículo estadual, ou ainda na definição de estratégias pedagógicas próprias (BRASIL, 2021, p.9).

Destacamos ainda algumas posições dos dirigentes estaduais e municipais sobre a formação:

Quanto ao processo de formação e a sua relação com a implementação da BNCC, a pesquisa com os dirigentes estaduais e municipais destaca que essa etapa foi muito importante na construção do currículo e que muitas redes estaduais aproveitaram os momentos de formação para criar um elo com o trabalho subsequente de formação continuada dos profissionais da educação para implementação do currículo. O trabalho de formação realizado a partir de 2018 se valeu do apoio dado pelo PRO-BNCC e, muito especialmente, dos diferentes papéis desempenhados pela UNDIME, na seleção de profissionais para atuarem como multiplicadores, e na articulação com os municípios (BRASIL, 2021, p.8).

[...] o processo de formação para apropriação do currículo, bem como por meio de debates e consultas públicas realizados junto aos profissionais da rede, significou um passo importante no sentido de se aproximar as redes municipais da Base. Para os municípios que elaboraram seus próprios currículos ou estão empenhados em fazê-lo ou ainda empenhados em adaptações que vão tornando o DCE mais adequado às especificidades locais, o trabalho de mobilização é ainda mais importante, com o uso de estratégias que se propõem a alcançar a escola e os professores (BRASIL, 2021, p.9).

A pesquisa com os dirigentes estaduais e municipais destaca que “Ainda que se reconheça a dificuldade de se alcançar o professor, a formação vem sendo utilizada também como uma ferramenta importante no processo de mobilização, articulação e divulgação da BNCC e dos novos currículos”; assim como “[...] para reduzir a resistência à BNCC, contribuindo também para que os profissionais percebam as potenciais mudanças que podem vir a partir da sua implementação” (BRASIL, 2021, p.10). Enuncia-se pelos discursos dos gestores os processos de formação continuada como mecanismos de regulação dos professores para adaptarem-se ao proposto pela BNCC.

O Relatório ressalta “[...] que a formação entre pares, para troca de aprendizados constante e as formações em cascata ou pirâmide aparecem nos relatos dos secretários municipais, envolvendo formadores das regionais, diretores, coordenadores pedagógicos



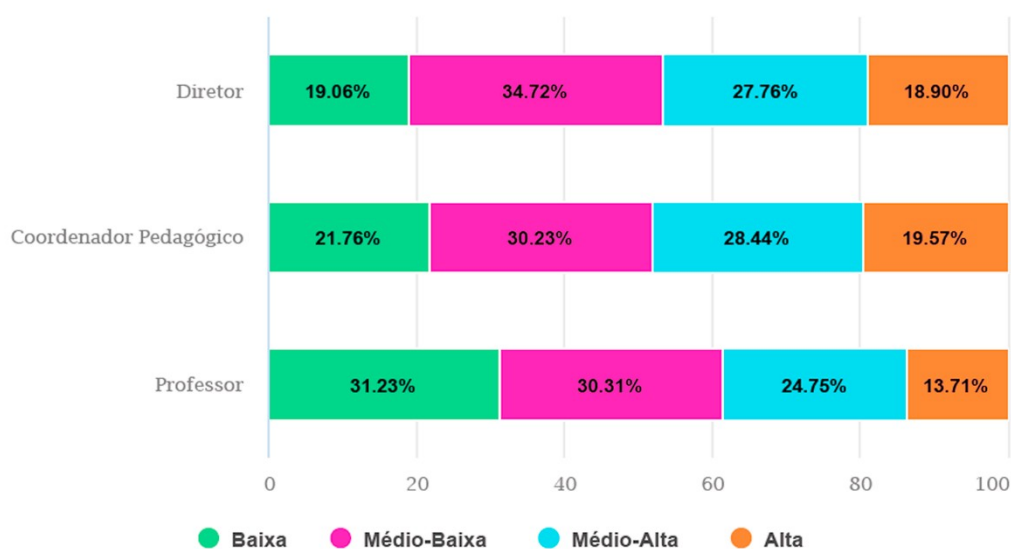
e grupos de professores”. É destacado que “Em muitos casos, as formações voltadas para os anos finais costumam ser realizadas pelas redes estaduais, especialmente em estados que ampliaram a municipalização da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental” (BRASIL, 2021, p.10).

Em relação aos resultados da pesquisa entre profissionais da educação, interessa-nos aqui destacar aqueles que envolvem os professores, pois esta categoria agrega os profissionais da educação das secretarias estaduais e municipais, além dos diretores e coordenadores pedagógicos das escolas. Situaremos o foco nos professores das escolas mais do que em qualquer outro profissional da educação considerando que esses sejam atores centrais para que a BNCC seja engendrada por eles nas escolas.

Embora o Relatório aponte para uma participação média ou alta de profissionais da educação (incluindo os resultados dos profissionais da secretaria e escolas pesquisadas), na leitura do Gráfico a seguir (enumerado com 2 no texto original) podemos verificar entre baixa a médio-baixa a atuação dos professores das escolas nas atividades ditas de implementação da BNCC (BRASIL, 2021, p.12), algo que merece ser pensando em toda a sua complexidade.



**Gráfico 2 – Escala de participação das atividades de implementação da BNCC na esfera da escola**



Fonte: Extraído do RELATÓRIO DA 1ª ONDA DE APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA BNCC 2021. BNCC EI/EF AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO Elaborado com os dados da pesquisa

Podemos observar pelos resultados apresentados no referido gráfico, que a baixa participação dos professores, considerados pela política como estratégicos para a “implementação” da BNCC, pode traduzir diversas situações que merecem ser problematizadas, dentre as quais a de que eles não estão envolvidos pelo processo em curso por não se verem representados pela proposta curricular que pretende ser a representação do currículo em todas as escolas do país.

### **3 Com “guias” à mão, tentativas de controle sobre a gestão (de análise e aprovação) do currículo**

Conforme destacamos na primeira seção deste texto, o Parecer de Homologação do Referencial Curricular emitido pelo respectivo Conselho de Educação é um dos documentos a serem incluídos, pelos gestores e/ou coordenadores de educação, na Plataforma da BNCC, no momento do cadastro dos currículos com vistas à oficialização



da implementação da BNCC (PLATAFORMA DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC, 2021).

Interessa destacar que encontramos no site Movimento pela base dois “guias” elaborados com vista a orientar ações em torno da implementação da BNCC: um **Guia para análise e elaboração de parecer** (NOVO ENSINO MÉDIO, s.d.) e outro **Guia de Implementação dos currículos alinhados à BNCC para educação infantil e ensino fundamental**<sup>10</sup>.

### **3.1 Algumas questões em torno do “Guia para análise e elaboração de parecer sobre currículos para o ensino médio”**

Nos chamam a atenção formas explícitas de controle sobre a produção do referido parecer sobre currículos para o ensino médio, pelos Conselhos de Educação, na perspectiva de padronizar, e assim pretender universalizar, um documento que deveria ser particularizado, considerando-se as especificidades de cada unidade escolar. Entre as medidas para exercer o controle das ações de “implementação” da BNCC encontramos a decisão de que ao final de 5 anos possa ser avaliada a conclusão desse processo, conforme disposto no Artigo 21 da Resolução CNE/CP N° 2/2017, para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, e o mesmo tempo para o Ensino Médio, considerando o início de cada processo respectivamente, 2020 e 2021.

No Guia em pauta, é destacado que o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (FONCEDE) vem realizando um trabalho de articulação para fortalecer os Conselhos Estaduais (CEE), como órgãos normativos, considerados como garantidores da qualidade na oferta da Educação Básica em todos os estados, no sentido de “[...] viabilizar a construção de um verdadeiro Sistema Nacional de Educação no âmbito da Educação Básica” (NOVO ENSINO MÉDIO, s.d., p.4).

Os Conselhos Estaduais são órgãos normativos dos Sistemas de Ensino estaduais, com o papel de normatizar e acompanhar o processo de implementação do Novo Ensino Médio em cada unidade federativa, cabendo-lhes a análise e aprovação

---

<sup>10</sup> <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2022/02/guia-de-implementacao-final.pdf> Acesso em 13 de agosto de 2022.



dos currículos de referência de cada território propostos pelas respectivas Secretarias Estaduais de Educação.

Considerando-se que a implementação do Novo Ensino Médio é uma das ações dessa articulação (FONCEDE/CEE), foi criado um **Guia para análise e elaboração de parecer sobre currículos**, o qual “propõe-se a harmonizar em nível nacional os critérios de análise destes currículos por parte dos Conselhos, como forma de contribuir para uma implementação do Novo Ensino Médio efetivamente alinhada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e aos anseios de todos os estudantes brasileiros” (NOVO ENSINO MÉDIO, s.d., p.4).

Compreendemos que “harmonizar os critérios” de análise dos currículos (nesse caso, do ensino médio) na emissão de pareceres tenciona homogeneizar a escrita das propostas curriculares e, com isso, tentar controlar tanto produção curricular e quanto atuação docente. Com isso, desconsidera-se a própria ideia proposta no guia em pauta de que essa “harmonização de critérios deve se dar “sempre respeitando a autonomia e as diversas formas de organização dos órgãos normativos de cada Sistema de Ensino” (idem, p.7).

De acordo com esse guia, a Frente Currículo e Novo Ensino Médio do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) elaborou e/ou disponibilizou uma série de guias de referência<sup>11</sup>, para auxiliar os estados na (re)elaboração dos currículos de referência do Ensino Médio para os seus territórios, tais como: Proposta de Estrutura para Documento Curricular da Etapa Ensino Médio; Principais Questionamentos sobre a Escrita Curricular; BNCC Comentada para o Ensino Médio; Parâmetros de Qualidade para Avaliação do Currículo do Ensino Médio; Recomendações e Orientações para Elaboração e Arquitetura Curricular dos Itinerários Formativos; Principais Questionamentos sobre a Escrita Curricular; Arquitetura Curricular: Sistematização de Entendimentos e Pontos de Atenção.

Além disso, para dar conta da elaboração das normas complementares pelos sistemas de Ensino, conforme previsto na Lei nº 13.415/2017 e nas DCN-EM, a

---

11 Todos os materiais podem ser encontrados no site do Consed, com exceção da BNCC Comentada para o Ensino Médio e dos Parâmetros de Qualidade para Avaliação do Currículo do Ensino Médio, que foram desenvolvidos pelo Instituto Reúna, parceiro da Frente. Vale colocar o link de acesso desses textos também.





“Frente” também produziu dois outros guias: Guia das Regulamentações para Currículo e Implementação do Novo Ensino Médio; Guia das Regulamentações: O Papel dos Conselhos Estaduais de Educação.

Ao longo dos últimos dois anos, MEC e CONSED realizaram um trabalho de orientação aos estados no sentido de que fossem elaborados currículos de referência para cada território, sendo que os documentos estão sendo submetidos aos respectivos CEE para aprovação, de acordo com o previsto pelo cronograma de implementação do Novo Ensino Médio de cada Sistema de Ensino ou no Plano de Implementação de cada Secretaria Estadual de Educação, conforme indicado no ProNEM.

Neste sentido, este documento tem como objetivo oferecer subsídios para a elaboração dos pareceres dos CEE referentes aos documentos curriculares de referência do Ensino Médio de cada território estadual, podendo também ser utilizado para pareceres específicos de propostas curriculares do Novo Ensino Médio submetidas por instituições privadas de ensino, no âmbito da norma de cada Conselho.

### **3.2 Algumas questões em torno do Guia de Implementação dos currículos alinhados à BNCC para educação infantil e ensino fundamental**

Quanto ao **Guia de Implementação dos currículos alinhados à BNCC para educação infantil e ensino fundamental** (BRASIL, 2022), lançado publicamente em fevereiro de 2022<sup>12</sup>, encontra-se em processo de divulgação adiantado uma vez que a BNCC para a EI e EF foi homologada um ano antes da do EM. Assim, sua divulgação e presença nas redes de ensino se fez presente desde o ano de 2020. O discurso que mobiliza em torno de uma “nova” concepção de currículo e formação é enfatizada para construir o processo de produção de consensos em torno da BNCC.

Contudo, podemos observar como esse discurso que se orienta por materiais de condução do processo de produção curricular está marcado por sentidos conservadores

---

12 Para maior aprofundamento sobre a divulgação da publicação ver link e nele o vídeo que marca o lançamento do material no portal do Observatório.movimentopelabase:  
[https://observatorio.movimentopelabase.org.br/conheca-o-guia-de-implementacao-dos-curriculos-alinhados-a-bncc/?gclid=CjwKCAjwgaeyBhBAEiwAvMgp2gftd\\_INQWv-OkAaY8WjTgxFP-ZEcZgvuaI2\\_ZPt8OjIKG-UZQN7qxoCLhkQAvD\\_BwE](https://observatorio.movimentopelabase.org.br/conheca-o-guia-de-implementacao-dos-curriculos-alinhados-a-bncc/?gclid=CjwKCAjwgaeyBhBAEiwAvMgp2gftd_INQWv-OkAaY8WjTgxFP-ZEcZgvuaI2_ZPt8OjIKG-UZQN7qxoCLhkQAvD_BwE)



instrumentais na educação que pretendem indicar aos professores o lhes que cabe fazer nas suas atividades/escolas.

A atual fase de implementação curricular exige de nós, gestores e educadores, **um novo olhar para identificar o que, como, para que e quem ensinar; exige definir novos caminhos e novas práticas** para que crianças, adolescentes, jovens e adultos aprendam em cada escola, em cada uma das redes (BRASIL, 2022, p.4, grifos nossos).

Na proposição do Guia, o foco na formação de professores visa a repensar e reestruturar o currículo da educação básica a partir da “Elaboração de plano de formação que considere: análise sobre práticas da escola que precisam ser ressignificadas com base no novo currículo e nos novos modos de ensinar e aprender (p.44)”, desde que alinhados à BNCC. Essa posição nos faz problematizar a ênfase no processo de implementação que pretende orientar outro modo de pensar e desenvolver currículos na escola básica, antagonizando assim ao que vem sendo desenvolvido pelos professores em suas escolas.

Outro aspecto a ser destacado em outro guia, o **Guia das Regulamentações**<sup>13</sup>, produzido pela UNCME - União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação<sup>14</sup> diz respeito à centralidade da agenda de monitoramento da BNCC considerando “o atendimento dos prazos previstos nas normas em relação à implementação da BNCC é importante uma vez que as matrizes das avaliações de larga escala, mais notadamente a Provas Brasil e ANA estão sendo adaptadas à base” (UNCME, 2020). A exemplo do que vem sendo acompanhado no ensino médio, para a educação infantil e ensino fundamental, é esperado por parte dos conselhos municipais de educação o monitoramento das ações previstas no plano de implementação da BNCC

[...] a partir de rotinas e indicadores de sucesso definidas previamente pelo Comitê Gestor da Implementação da BNCC no município, cabe a este, às Secretarias Municipais de Educação e aos Conselhos Municipais de Educação, monitorar a implementação pelas instituições ou redes de ensino do documento de referência homologado/aprovado (UNCME, 2020, p.24).

---

13 Guia das regulamentações: referências para os sistemas municipais de ensino quanto à aprovação e normatização dos currículos de referência alinhados à BNCC.

14 Este material foi organizado pela UNCME com apoio da Fundação Lemann e Movimento pela Base.



Embora seja reiterado nos diversos textos que se denominam Guias, produzidos em nome da implementação da BNCC, de que ela se constitui em “documento orientador de políticas relativas à formação continuada dos professores e gestores escolares” (UNDIME, MOVIMENTO PELA BASE, 2022, p.37), o que podemos observar é que sua orientação é de prescrever modos de organizar e desenvolver currículos e processos de formação para os professores que devam também estar alinhados à nova gestão curricular difundida.

Como exemplo, no Guia de Regulamentação (UNCME, 2020, p.22, grifos do autor) é sustentada a “obrigatoriedade de adesão ao documento curricular de referência pelas instituições vinculadas ao sistema municipal de ensino ou a forma de garantir a aplicação da BNCC (aprovação de documentos individuais de cada escola)”. Sobre a possibilidade de uma instituição municipal decidir não se vincular ao documento curricular de referência do município ao qual é parte integrante, isso é possível desde que o respectivo Conselho normatize “apresentação do documento curricular da referida instituição que comprove a aplicação da BNCC” (idem, p.22).

### **Algumas considerações quanto às articulações discursivas em torno da “implementação” da BNCC**

Com base na Teoria do Discurso (TD) (LACLAU, MOUFFE, 2015; LACLAU, 2013), entendemos formação e currículo como significantes vazios que lutas hegemônicas tentam preencher; como partes de articulações discursivas em torno dessa “implementação” defendida como necessária à melhoria da qualidade da educação. Consideramos que tais tentativas parecem desconsiderar a imprevisibilidade de ações dos sujeitos em contextos reais, permeada pela provisoriedade e pelas contingências.

Nessa perspectiva de análise, podemos considerar que, sobre a pretensão de harmonizar currículo pela “base”, conforme previsto no **Guia para análise e elaboração de parecer para o ensino médio** (NOVO ENSINO MÉDIO, s.d.) sobressai a proposta de homogeneizar, e assim padronizar, processos de análise e elaboração dos currículos. Tentativas de controle, sem limites! Tentativas de padronizar, e assim



universalizar, as propostas curriculares em construção considerando acordos que entendem ser possíveis à representação de diferentes posições em torno do currículo da educação básica brasileira. Todas elas fadadas ao fracasso.

Destacamos aqui a noção de hegemonia conforme assumida por Macedo (2014) enquanto “operação pela qual um significado particular assume o lugar impossível da totalidade”, enquanto “função de significação universal incomensurável consigo mesmo” (LACLAU, 2008, apud MACEDO, 2014, p.1536).

Consideramos que questões aqui apontadas em torno dos sites Plataforma BNCC e Observatório da implementação da BNCC e os textos nele vinculados, como parte de redes políticas, se apresentam como articulações discursivas, em especial, em torno da formação (não apenas) docente e da gestão do currículo. Enquanto articulações que se apresentam como de um “pertencimento universal” (LACLAU, 2012, apud MACEDO, 2014, p. 1536), são sempre precárias e contingentes.

Centradas na ideia de elaboração de “guias”, dentre outros dispositivos de controle, para a implementação da BNCC, tais articulações tendem a universalizar e prescrever propostas curriculares, desde à sua elaboração/criação até a atuação dos sujeitos e das agências em contextos locais. As particularidades desse contextos só seriam legitimadas desde que sejam alinhadas a BNCC como matriz. Sem compor com a BNCC entendem não ser possível a existência de outros modos de pensar e desenvolver outros currículos e formações.

Formação (não apenas) docente e gestão (seu planejamento e execução) do currículo, por nós entendidas como demandas dispersas (Macedo, 2014), se apresentam na proposta de implementação da BNCC (por meio de redes que lhes sustentam) como capazes de produzir e articular discursos com vistas à melhora da qualidade da educação básica.

Qualidade da educação se apresenta como unidade que a tentativa de padronização dos currículos tenta hegemonizar. Para Macedo (2014, p. 1536) “Os discursos hegemônicos apresentam-se, assim, como um princípio reorganizador do sistema deslocado, permitindo que as crises de significação se tornem inteligíveis”,



criando “uma ilusão de unidade [precária e contingente]” que “compensam a sensação impossível de completude”.

## Referências

BALL, Stephen J. **Educação global S.A.** Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

BRASIL. MEC. CNE/CP. **Resolução CNE/CP N° 2** - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica., de 22 de dezembro de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base.** Brasília: DF, 2018a. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 11 nov. 2019.

BRASIL. **Guia de implementação da Base Nacional Comum Curricular:** orientações para o processo de implementação da BNCC. Brasília: SEB/ MEC/ Consed/Undime/Ucme/FNCEE, 2020. 118f. Disponível em: [https://implementacaobncc.com.br/wp-content/uploads/2020/02/guia\\_implementacao\\_bncc\\_atualizado\\_2020.pdf](https://implementacaobncc.com.br/wp-content/uploads/2020/02/guia_implementacao_bncc_atualizado_2020.pdf). Acesso:

BRASIL. **BNCC EI / EF AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO: Relatório da 1ª etapa da pesquisa de avaliação e monitoramento da implementação da BNCC.** MEC, CONSED, UNDIME, CAEd/UFJF. Brasília: DF. Agosto de 2021. Disponível em [https://plataformabncc.caeddigital.net/resources/arquivos/BNCC\\_RELATORIO\\_DA\\_1\\_ONDA.pdf](https://plataformabncc.caeddigital.net/resources/arquivos/BNCC_RELATORIO_DA_1_ONDA.pdf). Acesso em 22. Mai. 2022

BRASIL. MEC. **PLATAFORMA DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC**, 2021. Disponível em <https://plataformabncc.caeddigital.net/#!/faq>. Acesso em 25 de julho de 2022.

BRASIL. **Guia de implementação dos currículos alinhados à BNCC para Educação Infantil e Ensino Fundamental.** Brasília: SEB/ MEC/ Consed/Undime/Ucme, 2022. Disponível em <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/conheca-o-guia-de-implementacao-dos-curriculos-alinhados-a-bncc/> Acesso em 25 de julho de 2022.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista.** Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.



LACLAU, Ernesto. MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e Estratégia Socialista**: por uma política democrática radical. Tradução de Joanildo A. Burity. Josias de Paula Jr. e Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios, 2015 (Coleção Contrassensos).

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista e-Curriculum**, vol. 12, núm. 3, outubro-diciembre, 2014, pp. 1530-1555. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/766/76632904006.pdf>. Acesso em 14. Jul. 2022

MOVIMENTO PELA BASE. **Observatório.movimentopelabase**, 2022. Disponível em <https://observatorio.movimentopelabase.org.br>. Acesso em 20. Mai. 2022a

NOVO ENSINO MÉDIO: Guia para análise e elaboração de parecer sobre currículos. S.d. Disponível em [https://dcb55452-e2f0-4b68-aa4b-27bc69926966.filesusr.com/ugd/b05985\\_8375e4262d89420dade08fb4fd38838c.pdf](https://dcb55452-e2f0-4b68-aa4b-27bc69926966.filesusr.com/ugd/b05985_8375e4262d89420dade08fb4fd38838c.pdf). Acesso em 12.Jul.2022

SALAS, Paula, BIMBATI, Ana Paula. BNCC: como anda a implementação e quais são os próximos passos. Documento de Educação Infantil e Fundamental completou três anos desde sua homologação e ainda tem desafios para superar por conta da pandemia. Publicado em **NOVA ESCOLA** 12 de Janeiro | 2021. Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/20055/bncc-como-anda-a-implementacao-equais-sao-os-proximos-passos> Acesso em 28 de julho de 2022.

UNCME. **Guia das regulamentações**: referências para os sistemas municipais de ensino quanto à aprovação e normatização dos currículos de referência alinhados à BNCC. Apoio Fundação Lemann e Movimento pela Base, 2020, 30p.

UNESCO. **Relatório de monitoramento global da educação**: cumprir nossos compromissos, Diretor: Manos Antoninis. Paris, 2017/8. Disponível em <https://gem-report-2017.unesco.org/en/home/> Acesso em 25 de julho de 2022.